

Análise heurística da presença de políticas de informação em bases de dados jurídicas de acesso aberto no Brasil

Heuristic analysis of the presence of information policies in open access legal databases in Brazil

Patrick Fernandes Rezende Ribeiro

Universidade Federal do Paraná, Brazil.

Email: patrick.ribeiro@ufpr.br,

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5973-1110>

Paula Carina de Araujo

Universidade Federal do Paraná, Brazil.

Email: paulacarina@ufpr.br,

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4608-752X>

RESUMO

Estudo desenvolvido no contexto do projeto “Gestão da Informação Científica no Contexto da Ciência Aberta” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Objetiva analisar as políticas de informação das bases de dados de acesso aberto dedicadas ao Direito no Brasil. Tem como objetivos específicos: a) reconhecer o conceito de política de informação e seu impacto para a criação de uma base de dados nacional de acesso aberto dedicada ao domínio do direito; b) mapear as principais bases de dados do domínio do direito a partir do reconhecimento das suas instituições mantenedoras; c) descrever os elementos que compõem as políticas de informação existentes nas bases analisadas nesta pesquisa. Realiza uma pesquisa exploratória e uma análise heurística partindo de um instrumento de análise. Os resultados mostram a presença dessas políticas nas bases analisadas, entretanto, nem sempre de forma explícita. Logo, reflete-se sobre a importância dessa presença para consolidar a gestão da informação nas bases jurídicas e para o cumprimento de um dos princípios da ciência aberta, a transparência.

Palavras-chave: informação, política, base de dados de direito, fonte de informação, ciência aberta

ABSTRACT

This study was conducted as part of the project entitled “Management of Scientific Information in the Context of Open Science,” which was funded by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). The objective of this study is to analyze the information policies of open access databases dedicated to the field of law in Brazil. The study’s specific objectives are threefold: (a) to define the concept of information policy and its impact on the creation of a national open access database dedicated to the field of law, (b) to map the main databases in the field of law based on the recognition of their maintaining institutions, and (c) to describe the elements that make up the existing information policies in the databases analyzed in this research. The research employs an exploratory approach and a heuristic analysis based on an analytical tool. The results demonstrate the existence of these policies in the databases under examination, although not always explicitly. This, therefore, highlights the importance of this presence in order to consolidate information management in legal databases and to fulfill one of the principles of open science, namely transparency.

Keywords: information, policy, law database, information source, open science

Como citar: Ribeiro, P. F. R., & Araújo, P. C. de. (2024). Análise heurística da presença de políticas de informação em bases de dados jurídicas de acesso aberto no Brasil. In A. Angeluci, J. C. Morales, S. M. Cardama, & D. L. Arias (Eds.), Spanish and Portuguese contributions to the iConference 2024, Hybrid event, Changchun, China, 15-18/22-26 April 2024, Proceedings. *Advanced Notes in Information Science, volume 7* (pp. 51–68). Tallinn, Estonia: Pro-Metrics. DOI: 10.47909/978-9916-9974-8-2.86

Copyright: © 2024, The author(s). This is an open-access work distributed under the terms of the CC BY-NC 4.0 license, which permits copying and redistributing the material in any medium or format, adapting, transforming, and building upon the material as long as the license terms are followed.

INTRODUÇÃO

O acesso à informação digital transformou o modo de produção do conhecimento nas mais diversas esferas, entre elas a social, científica e profissional. A transformação digital impactou até mesmos os campos mais conservadores, como o do Direito. E, atualmente, a busca por

agilizar o acesso à informação por meio de fontes de informação eletrônicas é uma realidade em todas as áreas do conhecimento.

Fato é que as áreas de ciências humanas e sociais enfrentam obstáculos quanto à avaliação da sua produção científica, por exemplo, devido às características específicas dessa literatura que limitam a sua inserção nas bases de dados internacionais mais requeridas nas avaliações que consideram indicadores de citação, por exemplo. Entretanto, esse cenário tem se modificado ao longo dos anos (Spera & Mugnaini, 2019).

Essa mudança é gradual e, portanto, as bases de dados internacionais indexados que geram indicadores bibliométricos não refletem a literatura científica de áreas como o Direito. Portanto, reforça-se a necessidade de criação de fontes de informação regionais que englobem de forma mais abrangente e completa os domínios das Ciências Humanas e Sociais. A recomendação para a criação de índices de citação regionais é antiga e foi feita inclusive por um dos principais estudiosos do tema no mundo, Eugene Garfield (1995).

Santin e Caregnato (2019) discutiram a importância das bases e índices regionais e nacionais para a avaliação da ciência periférica, com enfoque na América Latina. As autoras afirmam que, entre outras razões, a “baixa representação das publicações é certamente o principal motivo para criação de índices locais na AL e em outros contextos periféricos”.

Os índices de citação regionais já existem em países como Brasil, China, Coreia, Índia e Rússia já existem e um exemplo importante é a Scientific Electronic Library On-line (SciELO). A América Latina ainda conta com uma outra base de dados robusta, a Redalyc. Entretanto, essas

iniciativas ainda não são suficientes para garantir uma cobertura completa da produção científica desses países.

Esta pesquisa foi desenvolvida no contexto do projeto “Gestão da Informação Científica no Contexto da Ciência Aberta”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que tem como um dos produtos previstos a criação de uma base de dados de pesquisa do domínio do Direito, inicialmente planejada para uma cobertura nacional da literatura dessa área.

Uma das primeiras etapas para o planejamento da criação da base e dados foi a identificação e o das fontes de informação existentes nesse domínio e o benchmarking da sua documentação e funcionalidades. No tocante à documentação para a criação de uma base de dados, acredita-se que as políticas de informação são essenciais para o seu planejamento e para garantir a qualidade, confiabilidade e acessibilidade das informações disponíveis nesses repositórios, bem como regular o seu uso.

Considerando a problemática apresentada até aqui, que evidencia que a cobertura da literatura científica em bases de dados regionais e nacionais, especialmente, das áreas de ciências humanas e sociais é escassa e carece de mecanismos mais efetivos e adequados de avaliação, questiona-se como se caracterizam as políticas de informação das bases de dados de acesso aberto dedicadas ao domínio do direito no Brasil?

Para responder a esta pergunta foi estabelecido o objetivo geral de analisar as políticas de informação das bases de dados de acesso aberto dedicadas ao domínio do direito no Brasil. De forma específica, esta pesquisa: a) reconhece o conceito de política de informação e seu impacto para a criação de uma base de dados nacional de acesso aberto dedicada ao domínio do direito; b) mapeia as principais

bases de dados do domínio do direito a partir do reconhecimento das suas instituições mantenedoras; c) descreve os elementos que compõem as políticas de informação existentes nas bases analisadas nesta pesquisa.

O papel de uma política de informação é prover o marco legal e institucional para o intercâmbio formal de informação. E, portanto, uma política de informação dirige objetivos políticos técnicos e burocráticos (Caridad Sebastián, Méndez Rodrigues, e Rodriguez Mateos, 2000). As políticas de informação são desenhadas para atender as necessidades dos mais diversos tipos de atores (indivíduos, organizações e máquinas), bem como regular o acesso, o uso, a transmissão e a guarda de informações dos mais diversos tipos de informações. É também nas políticas de informação que são definidas as responsabilidades das diversas partes pela administração adequada das informações que possuem (Hill, 1995).

Uma vez compreendido o conceito e a finalidade das políticas de informação, é possível afirmar que editoras, periódicos científicos, sistemas de informação, portais e bases de dados são algumas das organizações e/ou fontes de informação que deveriam disponibilizar políticas de informação de forma objetiva, transparente e acessível.

Após esta introdução é apresentada a revisão da literatura, seguida pela trajetória metodológica. Posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados. Finaliza-se com as considerações finais e referências citadas ao longo do trabalho.

Revisão da literatura

A temática política de informação se revela como um território complexo e multifacetado, composto por uma variedade de conceitos, definições e abordagens.

Briquet de Lemos (1987) define a política como um conjunto de diretrizes e princípios que se fundamentam em bases genéricas e consensuais, direcionando ações em direção a objetivos específicos. Isso implica que a política de informação está intrinsecamente conectada a princípios que delineiam a aquisição, produção, disseminação e circulação de informações em ambientes específicos.

Caridad Sebastián, Méndez Rodrigues e Rodriguez Mateos (2000) aprofundam essa perspectiva ao argumentar que a política de informação visa assegurar o direito à informação dos cidadãos, ressaltando a importância de objetivos claros como essenciais na formulação de políticas de informação. Nesta mesma linha, González de Gómez (1999) defende que a política da informação introduz a ideia sistêmica de um conjunto de ações e decisões que moldam o ambiente informacional da sociedade.

Acrescenta-se que:

uma política de informação, na sua forma mais ampla, pode ser definida como o conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um regime de informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro, e em princípio o lócus de sua manifestação seria o Estado e as políticas públicas (González de Gómez, 1999, p. 2).

Portanto, é importante definir o que se compreende por regime de informação. De acordo com González de Gómez (2002, p. 34), regime de informação é

[...] um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos

preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Segundo Frohmann (1995), é necessário que as políticas partam de um regime de informação, considerado um “conjunto mais ou menos estável de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores de informação”. Considerando os conceitos apresentados e a importância de se constituir uma política de informação, destaca-se a complexidade e a relevância da presença das políticas de informação nas páginas web das bases de dados.

Delaia e Freire (2010, p. 109) explicam que “o conceito de Regime de Informação realça componentes que contribuem para a compreensão de uma Política de Informação e para relações das e entre comunidades e instituições no que tange às ações de informação”.

Uma vez que esta pesquisa tem como objetivo analisar políticas de informação e, posteriormente, obter as melhores práticas para a criação de políticas de informação para uma fonte de informações específica, considera-se, para fins desta pesquisa, que a política de informação é “[...] o resultado de um processo de desenvolvimento de regras, regulamentos ou diretrizes que afetam o ciclo de informações, abrangendo processos relacionados à criação, produção, distribuição, acesso e uso de informação” (Pasek, 2015, p. 298). Portanto, espera-se que bases de dados nacionais contemplem, por exemplo, políticas de indexação, privacidade, segurança de informação, acesso à informação, dados, direitos autorais, ética, entre outras.

Ainda é importante contextualizar as políticas de informação no contexto da ciência aberta. Se a ciência aberta for entendida “como processo, algo em construção, que mobiliza interesses e pontos de vista distintos (e, em alguns aspectos, antagônicos); e que também permite múltiplas (e por vezes conflituosas) interpretações” muitas dimensões importantes podem ser vinculadas a essa compreensão (Albagli, 2015). A ciência aberta é reconhecida como um movimento que incentiva a transparência e o acesso a todo o processo científico, desde a sua concepção até a sua disseminação. Portanto, é possível inferir que as políticas de informação de uma base de dados de periódicos científicos, por exemplo, darão transparência às diretrizes e normas das fontes de informação nas mais diversas dimensões, o que está de acordo com as recomendações de ciência aberta. Além disso, recomenda-se que fontes de informação de acesso aberto, como periódicos científicos e bases de dados estabeleçam uma política de informação focada na ciência aberta, por exemplo, para o compartilhamento de dados científicos de pesquisa.

Argumenta-se ainda que “a Ciência aberta - enquanto movimento internacional que vem advogando a abertura de publicações, dados de pesquisa, metodologias, códigos de softwares, ente outros – amplia a possibilidade de inovação não apenas nas pesquisas científicas, mas também na forma de comunicar a ciência” (Sales; Shintaku, 2019, p. 13).

As Recomendações da UNESCO sobre a ciência aberta apresentam a transparência, escrutínio, crítica e reprodutibilidade como um dos princípios norteadores. E, portanto, afirma-se que se deve:

promover uma maior abertura em todas as etapas do empreendimento científico, com o objetivo de

reforçar o poder e o rigor dos resultados científicos, aumentar o impacto social da ciência e ampliar a capacidade da sociedade como um todo de resolver problemas complexos e interligados (UNESCO, 2022)

Portanto, “”mais abertura leva a mais transparência e confiança na informação científica e reforça a característica fundamental da ciência, como uma forma distinta de conhecimento com base em evidências e verificado em relação à realidade, à lógica e ao escrutínio dos pares científicos” (UNESCO, 2022).

METODOLOGIA

Para conduzir esta pesquisa foi adotada uma abordagem mista que combinou elementos de pesquisa exploratória e análise heurística. Inicialmente, os dados foram coletados por meio da revisão de literatura e consulta a estudos acadêmicos relevantes – essa fase proporcionou uma compreensão do contexto das bases de dados do direito no Brasil.

Além disso, um protocolo de análise foi desenvolvido para guiar a experiência heurística durante a interação nas páginas web das bases de dados. O protocolo incluiu as seguintes variáveis:

- **Mantenedora da Base:** Identificação da entidade ou instituição responsável pela manutenção da base de dados.
- **País de Origem:** Identificação do país onde a base de dados está sediada.
- **Área de Concentração:** Identificação da área específica do direito à qual a base de dados é dedicada.

- **Políticas:** Análise das políticas presentes nas páginas web das bases de dados.
- **Licenciamento:** Avaliação das informações relacionadas a licenciamento de conteúdo.

A amostra para o experimento da pesquisa consistiu em 7 bases de dados jurídicas, escolhidas devido à sua relevância institucional na área, ou seja, as instituições que mantem essas bases têm um papel significativo na produção e disseminação de informações jurídicas no Brasil. Somados a esse critério, a seleção foi baseada no critério de serem bases de acesso aberto, refletindo o compromisso com a transparência e disponibilidade de informações. Também se definiu que as bases abrangessem diferentes esferas do sistema legal brasileiro, incluindo o legislativo, judiciário e o Ministério Público, pois, isso proporciona uma visão mais completa das políticas de informação em diversas áreas do direito; que oferecessem uma diversidade de conteúdo, incluindo legislação, jurisprudência, documentos legislativos, pareceres, entre outros, para que contribuísse para uma análise abrangente das políticas de informação em diferentes tipos de documentos jurídicos. Além de serem bases digitais permitindo o acesso e a possibilidade de realizar análises heurísticas online, alinhando-se à temática de gestão da informação no contexto da ciência aberta. Portanto, todas as bases selecionadas são mantidas por instituições da autarquia federal brasileira e, são consideradas representativas do contexto legal nacional, cobrindo informações relevantes para todo o país.

Dentre as bases de dados escolhidas, 3 são mantidas pelo Senado Federal, uma das instituições federais brasileiras de destaque na esfera legislativa.

Essa seleção intencional de bases de dados mantidas por instituições específicas reforça a ênfase na relevância institucional e federal, proporcionando uma abordagem mais específica e direcionada à análise das políticas de informação nas bases de dados jurídicas no Brasil (Tabela 1).

Tabela 1. Amostra da Bases de Dados Digitais do Domínio do Direito desta Pesquisa (Fonte: Autor)

BASES DE DADOS DE DIREITO
Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público da União
LexML Brasil
RVBI
Biblioteca Digital do Senado Federal
BDJur – Superior Tribunal da Justiça
Supremo Tribunal Federal

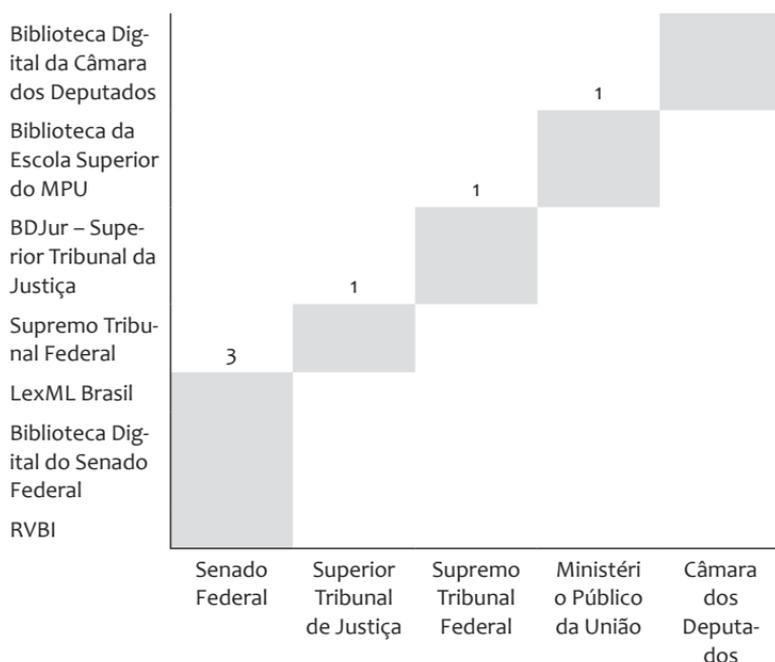
A análise heurística foi realizada por meio da interação com as páginas web das bases de dados, seguindo o protocolo desenvolvido. Durante a análise, foram identificadas as políticas presentes nas bases de dados. Além disso, determinou-se o nível de maturidade informacional, possivelmente indicando o quão bem definidas, claras e acessíveis são essas políticas.

Essa metodologia permitiu uma análise aprofundada das políticas de informação nas bases de dados do direito no Brasil, destacando a importância da presença dessas políticas para a gestão eficaz da informação nessas plataformas, conforme os objetivos do projeto “Gestão da Informação Científica no Contexto da Ciência Aberta”.

RESULTADOS

O experimento da pesquisa contou com uma amostra 7 bases, selecionadas por sua relevância na área e por serem de acesso aberta, sendo todas elas mantidas por instituições da autarquia federal brasileira, e que 3 são mantidas pelo Senado Federal (Tabela 2).

Tabela 2. Instituições Mantenedoras das Bases de Dados Digitais desta Pesquisa (Fonte: Autor)



A análise das bases de dados digitais revelou que a maioria das bases de dados listadas está focada na área de Direito. Entretanto, 3 bases abrangem além dessa área: Administração Pública, Ciência Política, História Política, Economia, Orçamento Público, Ciências Humanas e Sociais (Figura 1).

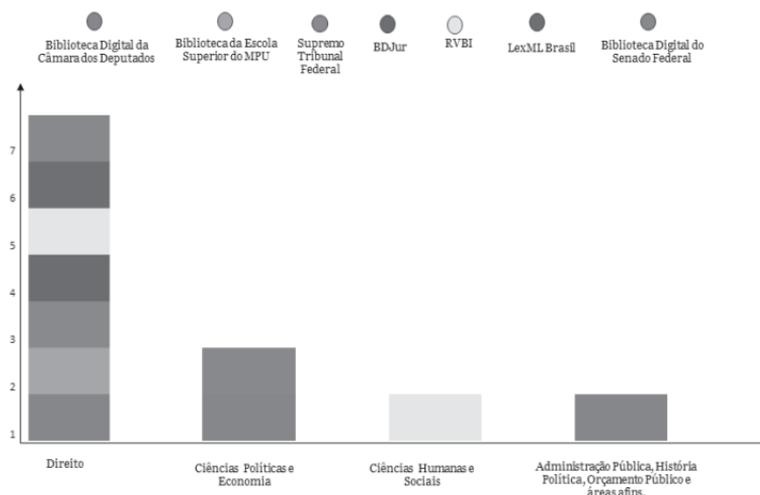


Figura 1. Áreas de Conhecimento das Bases de Dados Digitais desta Pesquisa (Fonte: Autor)

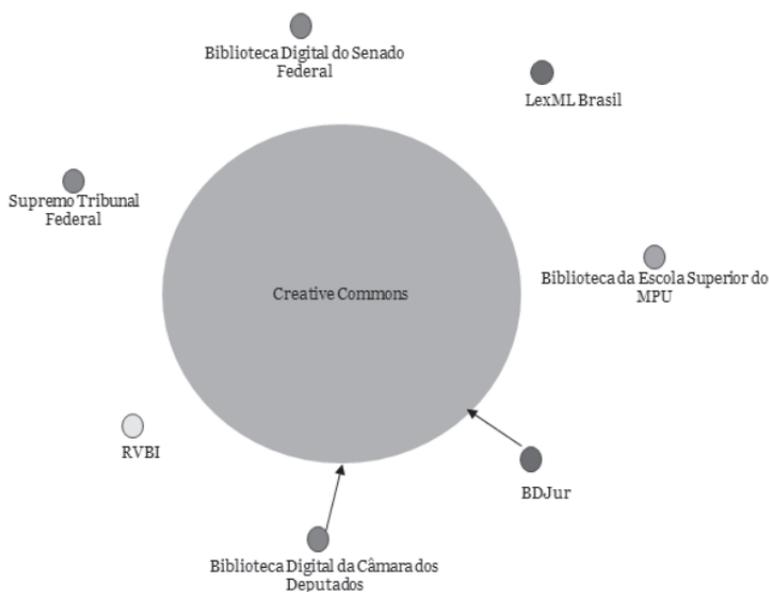


Figura 2. Licenciamento e Licenças de Uso das Bases de Dados Digitais desta Pesquisa (Fonte: Autor)

Tabela 3: Políticas e Práticas Informacionais nas Bases de Dados Digitais desta Pesquisa.
(Fonte: Autor)

		Não explicitado		Explicitado	
Uso Aceitável	Uso Aceitável				Uso Aceitável
Direito Autorais	Direito Autorais				Direito Autorais
Acesso	Acesso			Acesso	Acesso
	Controle de Acesso	Controle de Acesso	Controle de Acesso	Controle de Acesso	Controle de Acesso
	Preservação Digital				Preservação Digital
	Retenção de Dados				Retenção de Dados
Segurança	Segurança			Segurança	Segurança
	Privacidade				
Indexação	Indexação	Indexação	Indexação	Indexação	Indexação
	Gestão de Mudança				
	Dados e Informação				
Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados	Biblioteca da Escola Superior do MPU	Supremo Tribunal Federal	BDJur	RVBI	LexML Brasil
					Biblioteca Digital do Senado Federal

A pesquisa sobre o licenciamento das bases de dados digitais revelou que a BDJur e a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados utilizam licenças Creative Commons, enquanto as outras não têm informações explícitas sobre suas licenças (Figura 2).

Os resultados indicam que as políticas e práticas informacionais variam entre as diferentes bases de dados digitais. Algumas demonstram uma abordagem abrangente, com políticas e práticas explícitas em áreas como indexação, privacidade, segurança da informação e preservação digital. Por outro lado, outras apresentam políticas explícitas, principalmente relacionadas ao controle de acesso e direitos autorais. (Tabela 3).

DISCUSSÃO

A diversidade de políticas de informação identificada destaca a necessidade premente de maior clareza e transparência na gestão da informação nas bases de dados jurídicas.

Essa variabilidade sugere a necessidade de uma abordagem mais padronizada para a elaboração e disponibilização de políticas de informação nas bases de dados jurídicas do país. Além de ressaltar a importância de ter as políticas explicitadas e disponíveis como garantia de direitos e como um compromisso de responsabilidade. O não fornecimento de informações claras sobre as licenças de uso adotadas pelas bases é uma lacuna que pode criar ambiguidades quanto às permissões de uso e compartilhamento de dados, potencialmente restringindo o alcance e o impacto da pesquisa jurídica. Por isso, é necessário que os mantenedores dessas bases de dados atentem-se para o papel das políticas de informação como indispensáveis para a promoção efetiva do compartilhamento de dados e

pesquisas, contribuindo, assim, para a divulgação do conhecimento da ciência aberta no campo jurídico.

Reconhece-se que a pesquisa apresenta algumas limitações, seja por sua natureza exploratória ou pela análise de um limitado número de bases de dados. Optou-se por isto, tendo em vista o escopo do projeto ao qual a pesquisa está vinculada, em que se vislumbra estas limitações como oportunidades para pesquisas futuras.

O objetivo geral estabelecido para esta pesquisa foi alcançado por meio dos objetivos específicos traçados. A seção de revisão da literatura possibilitou reconhecer o conceito de política de informação, especialmente, aquele que foi utilizado nesta pesquisa. Também foi atendido o objetivo b) de mapear as principais bases de dados do domínio do direito a partir do reconhecimento das suas instituições mantenedoras e, para fins desta pesquisa foram analisadas 7 delas. Por fim, as duas seções que antecedem estas considerações finais possibilitaram atente ao objetivo c) de descreve os elementos que compõem as políticas de informação existentes nas bases analisadas nesta pesquisa.

Contatou-se que as políticas da Biblioteca da Escola Superior do MPU foi a mais completa, seguida da Biblioteca Digital do Senado Federal. O panorama analisado da existência de políticas de informação das bases de dados do domínio do direito brasileiras demonstra uma carência desse instrumento essencial para regular o acesso, uso, organização e administração dessas fontes de informação. Os resultados ainda demonstram uma lacuna que pode ser preenchida pelas equipes que mantêm essas bases e reforçam a necessidade de planejamento desse instrumento normativo para a base que será criada no âmbito do projeto de pesquisa ao qual esta pesquisa está vinculada.

Pode-se apontar a análise de uma amostra selecionada para esta pesquisa uma das limitações do estudo. Tal limitação pode ser corrigida a partir da avaliação de outras bases de dados que forem pertinentes. Além disso, é possível indicar como pesquisa futura a proposição de um modelo de política de informação para bases de dados nacionais, além de outras análises mais aprofundadas das políticas identificadas nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Albagli, S. (2015). Ciência aberta em questão. In S. Albagli, M. L. Maciel, & A. H. Abdo (Orgs.), *Ciência aberta em questão* (pp. 9–25). IBICT, UNIRIO. http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20%285%29.pdf
- Caridad Sebastián, M., Méndez Rodríguez, E. M., & Rodríguez Mateos, D. (2000). La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada. El caso español. *Ciência da Informação*, 29(2), 22–36. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652000000200004>
- Delaia, C. R., & Freire, I. M. (2010). Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 15(3), 107–130. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362010000300007>
- Frohmann, B. (1995). Taking information policy beyond information science: Applying the actor network theory. In: *Canadian Association for Information Annual Conference*, (Vol. 23).
- Garfield, E. (1995). Quantitative analysis of scientific literature and its implications for science policymaking in Latin America and the Caribbean. *Bulletin of the Pan American Health Organization*, 29(1), 87–95.
- González de Gómez, M. N. (1999). Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. *Revista Internacional de Estudos Políticos, Rio de Janeiro*, 1, 67–93.
- González de Gómez, M. N. (2002). Novos cenários políticos para a informação. *Ciência Da Informação*, 31(1), 27–40. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004>

- Hill, M. W. (1995). Information policies: Premonitions and prospects. *Journal of Information Science*, 21(4), 273–282. <https://doi.org/10.1177/016555159502100403>
- Lemos, A. A. B. D. (1987). Política de informação em ciência e tecnologia. In: *Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e documentação* (Vol. 14). Anais.
- Pasek, J. E. (2015). Defining information policy: Relating issues to the information cycle. *New Review of Academic Librarianship*, 21(3), 286–303. <https://doi.org/10.1080/13614533.2015.1009126>
- Santin, D. M., & Caregnato, S. E. (2019). El binomio centro-periferia y la evaluación de la ciencia con base en indicadores. *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología E Información*, 33(79), 13–33. <https://doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2019.79.57930>
- Shintaku, M., & Sales, L. (Orgs.). (2019). *Ciência Aberta Para Editores Científicos*. ABEC. <https://doi.org/10.21452/978-85-93910-02-9>
- Spera, H. B., & Mugnaini, R. (2019). Características da produção científica em direito: Desafios para a avaliação. In: *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Anais. <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1276/952>
- UNESCO. (2022). *Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta, Paris*. <https://doi.org/10.54677/XFFX3334>